

ATA DA 177ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de reuniões – 8º andar, Rua Esteves Júnior, 160, Florianópolis/SC. CEP 88015-130

DATA: 16 de maio de 2013 **HORÁRIO**: 13 horas

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Acélio Casagrande, Clécio Antonio Espezim, Winston Luiz Zomkowski, Lisiane Tuon Generoso Bitencourt, Raquel Bittencourt, Jocélio Voltolini, Grace Ella Berenhauser, Marcus Guckert, Maria Teresa Agostini, César Augusto Korczaguin.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Luis Antonio Silva (São José); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Sonia Bodanese (Vargeão); Cleidenara Weirich (Chapecó); Sidenei Bellé (Caibí); Maria Cristina Subtil (Lages); Claudiomiro Maldaner (Guaraciaba); Névio Antonio Mortari (Ita); Tadeu David Geronasso (Mafra).

Desenvolvimento dos trabalhos

A 177ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Luis Antonio Silva. Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de Estado da Saúde substituiu o Secretário de Estado da Saúde, nesta reunião.

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 176ª foi aprovada, com a correção da frase no questionamento da Secretária Municipal de Saúde de Vargeão sobre o credenciamento da cirurgia bariátrica no Hospital Regional do Oeste. A frase correta seria "o que falta ao Hospital Regional do Oeste para ser credenciado/SUS em cirurgia bariátrica?" Também suprimir a frase na linha 360 "quebra a lógica do SUS".

1 **DELIBERAÇÕES**

- 2
- 3 a) PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS DA PPI E DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE
- 4 GESTÃO
- 5 A CIB APROVOU as alterações de PPI, solicitadas pelos Gestores Municipais de Saúde.
- 6 Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, chama atenção para a redação
- 7 na planilha da PPI em que parece, como por exemplo, para o Município de Florianópolis que
- 8 seria retirado recurso. O correto seria repassar recurso para o Município de Florianópolis.
- 9
- 10 b) SAMU: USB PARA SANTA TEREZINHA



- 11 A CIB APROVOU a implantação de uma USB Unidade de Suporte Básico SAMU para
- 12 o Município de Santa Terezinha. Habilitação e custeio pelo Ministério da Saúde.

13

- 14 c) PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DE VISA
- 15 A CIB APROVOU a pactuação de ações da Visa, de inspeção em Empresa de Coleta e
- 16 Esgotamento de Efluente Doméstico do Município de Curitibanos ampliação das ações já
- 17 pactuadas; a pactuação do Piso Estruturante da Visa, do Município de Pescaria Brava e a
- 18 pactuação de Ações Estratégicas da Visa, do Município de Águas de Chapecó.

19

- 20 d) Pontos de Atenção das Redes de Urgência e Emergência de 03 Macros
- 21 A CIB APROVOU as Unidades Prestadoras de Serviço que comporão os Pontos de Atenção
- 22 da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região Metropolitana da Grande
- 23 Florianópolis e as Unidades Prestadoras de Serviço que comporão os Pontos de Atenção da
- 24 Rede de Atenção às Urgências e Emergências das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte
- 25 do Estado de Santa Catarina. As Unidades aprovadas foram disponibilizadas aos Membros
- 26 da CIB e serão relacionadas nesta Deliberação.

27

- 28 e) TRS TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA: PAGAMENTO COMPLEMENTAR DO DÉFICIT
- 29 A CIB APROVOU o pagamento complementar do déficit referente à terapia renal
- 30 substitutiva, competência outubro de 2012 a fevereiro de 2013, totalizando R\$ 668.540,14.
- 31 Os valores repassados serão de R\$ 570.571,34 para os municípios sede de serviço e o valor
- 32 de R\$ 97.968,80 para a Gestão Estadual.

33

- 34 f) ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE CEO DE LAGES: CEO TIPO I PARA CEO TIPO III
- 35 A CIB APROVOU a alteração da modalidade do Centro de Especialidades Odontológicas
 - CEO tipo I para CEO tipo III, do Município de Lages.

3637

- 38 g) ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA DELIBERAÇÃO 349/CIB/2011 DE 08 DE DEZEMBRO DE
- 39 **2011,** DE implantação do Decreto 7.508/2011.
- 40 A CIB APROVOU a instituição do Grupo Condutor Estadual para implementação do
- 41 Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011 e revoga a Deliberação/CIB/349/2011 O Grupo passa
- 42 a ser constituído por 05 representantes das Secretarias Municipais de Saúde e 05
- 43 representantes da Secretaria de Estado da Saúde.

44

- 45 h) SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO FEDERAL
- 46 A CIB APROVOU as solicitações de financiamento federal, para construção, reforma e
- 47 ampliação de Unidades de Saúde, Portaria MS 2.226/2009; 2.206/2011 e 2.394/2011 para os
- 48 Municípios de Pinheiro Preto, Cocal do Sul, Ponte Alta do Norte, Fraiburgo, Joaçaba, Novo
- 49 Horizonte, Timbó Grande, Forquilhinha, Caçador, Ipira, São João Batista, Bom Jesus do
- 50 Oeste, Chapecó, Imaruí, Videira, Iporã do Oeste, Rio do Sul e Macieira.

51

- 52 i) RATIFICAÇÕES DE ORDEM DE SERVIÇO E DE CONCLUSÕES DE OBRA
- 53 A CIB APROVOU as ratificações de Ordens de Serviço, referente à construção (PT. MS
- 54 2.226/2009), reforma (PT. MS 2.206/2011) e ampliação (PT MS 2.394/2011) de Unidades de
- 55 Saúde dos Municípios de Canelinha, Ibirama, Florianópolis, Garopaba, Barra Velha, Santo
- 56 Amaro da Imperatriz, Jardinópolis, Lebon Regis, Laguna, Santiago do Sul, campo Alegre.

57



- 58 j) Justificativa de alteração de endereço, de construção de Unidade Básica de
- 59 SAÚDE
- 60 A CIB APROVOU a solicitação de alteração de endereço da construção da Unidade Básica
- 61 de Saúde, especificado na proposta 82892.3160001/10002 (UBS São Sebastião), sendo o
- 62 novo endereço na Rua dos Açores, Loteamento Alaor Silveira, Bairro São Sebastião, do
- 63 Município de Palhoça e a alteração de endereço da construção da Academia da Saúde, para a
- 64 Rua Argemiro Augusto Pereira, Bairro Três Fronteiras, ao lado da ESF daquele mesmo
- 65 Bairro do Município de Dionísio Cerqueira/SC.

66

67 **HOMOLOGAÇÃO**

- 68 Deliberações ad referendum: 113/CIB/2013 Aprova a habilitação da Oficina Ortopédica
- 69 Fixa do Centro Catarinense de Reabilitação para ser qualificada, como referência Estadual,
- 70 para concessão de Órteses, Próteses e Materiais Especiais no Estado de Santa Catarina, para a
- 71 Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência; 114/CIB/2013 Aprova o Projeto de
- 72 Educação para o Trabalho para a Saúde PET Saúde Rede de Atenção à Saúde 2013/2015.
- 73 O referido Projeto será em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis,
- 74 Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, CEPON e UNISUL; 115/CIB/2013 Aprova o
- 75 Projeto de Educação para o Trabalho para a Saúde PET Saúde Rede de Atenção à Saúde
- 76 2013/2015. O referido Projeto será em parceria com a Secretaria PET-SAÚDE REDES DE
- 77 Municipal de Saúde de Florianópolis, UFSC e UDESC; 116/CIB/2013 Aprova o Projeto de
- 78 Educação para o Trabalho para a Saúde PET Saúde Rede de Atenção à Saúde 2013/2015.
- 79 O referido Projeto será em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde Itajaí, Balneário
- 80 Camboriú e UNIVALI; 117/CIB/2013 PET-SAÚDE REDES DE CRICIÚMA. Aprova o
- 81 Projeto de Educação para o Trabalho para a Saúde PET Saúde Rede de Atenção à Saúde
- 82 2013/2015. O referido Projeto será em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de
- 83 Criciúma e UNESC Universidade do Extremo Sul Catarinense.

84

85 DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS

86 Não houve temas neste item.

87

88 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

- 89 Documento das CIRs do Meio Oeste e do Alto Uruguai, solicitando que os atendimentos em
- 90 ortopedia pediátrica daquelas Regiões sejam atendidos no Hospital São Francisco de
- 91 Concórdia;
- 92 Ofício 120/2013, do Secretário Municipal de São José, encaminhando Ofício 119/2013 do
- 93 Senhor Paulo de Tarso Monteiro, Coordenador Geral de Urgência e Emergência sobre
- 94 requerimento para qualificação com custeio diferenciado, conforme previsto na Portaria
- 95 1.010 de 21 de maio de 2012 da Base Descentralizada do SAMU, do Município de São José;
- 96 Deliberação 07/2013 da CIR da Grande Florianópolis, solicitando, aumento de recursos de
- 97 custeio, por parte da SES, para aplicação em vários programas da Atenção Básica, UPA e
- 98 Policlínicas;
- 99 Recebidos os Termos de Ajuste Sanitário dos Municípios de Ipumirim e Lontras.
- 100 Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, comenta sobre o documento da
- 101 CIR da Grande Florianópolis e cita que entende as solicitações. O Secretário Municipal de
- 102 Saúde de Florianópolis, Carlos Daniel Moutinho Júnior, solicita que o assunto seja pautado
- 103 na próxima reunião da Câmara Técnica. Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento e



104 Gestão, refere que não há tempo hábil para o assunto ser pautado na próxima Câmara

105 Técnica. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, cita que vale o mérito da

106 proposta para que se iniciem as discussões e que este é um assunto que deveria estar

107 permanentemente em discussão.

108

109 **INFORMES**

110

111 a) RELATÓRIO DE AUDITORIA

112 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria 113 encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês de abril de 2013, para que os gestores

114 constatem sobre as auditorias em andamento ou concluídas em seus municípios.

115

116 b) Processos em Andamento na Gerência de Atenção Básica

117 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica

- 118 encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica,
- 119 para que os gestores constatem se há pendências em seus municípios. Sonia Bodanese,
- 120 Secretária Municipal de Saúde de Vargeão, coloca que há nas planilhas, 03 processos sobre
- 121 ostomizados e questiona sobre as capacitações para os ostomizados nos municípios. Lisiane
- 122 Bitencourt, Superintendente de Regulação, cita que os ostomizados estão incluídos nas
- 123 Deficiências e as capacitações entram na Rede das Deficiências. Referente aos processos da
- 124 Atenção Básica, Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS solicita à Gerente de
- 125 Atenção Básica que registre nestas planilhas, os processos tramitados e concluídos e os
- 126 encaminhamentos providenciados.

127

128 c) TERMOS DE AJUSTE SANITÁRIO – TAS DE LONTRAS E IPUMIRIM

129 A Secretaria da CIB recebeu os Termos de Ajuste Sanitário dos Municípios de Lontras e de Ipumirim

130 e os encaminhou para a Gerência de Auditoria da SES.

131

132 d) COAP – CONTRATO ORGANIZATIVO DE AÇÃO PÚBLICA

- 133 Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, informa que foi realizada uma
- 134 reunião interna sobre o COAP, para que todos tivessem o mesmo entendimento, a mesma
- 135 linguagem. Que a próxima reunião já será com o Grupo Condutor de Implantação do Decreto
- 136 7.508/2011 e que será apresentada uma proposta preliminar ao Grupo. Ressalta que não
- 137 existe prazo definido para assinar o COAP em SC. Clécio Espezim ressalta que SC tentará
- 138 realizar um trabalho que espelhe a realidade, as necessidades de saúde e de captação de
- 139 recursos. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, salienta a necessidade de
- 140 assessoria jurídica para a assinatura do COAP. Cita que já colocou ao Secretário de Estado
- 141 da Saúde sobre essa necessidade, em função dos termos jurídicos do contrato.

142

143 e) PPI DA ASSISTÊNCIA

- 144 Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, coloca sobre a PPI da
- 145 Assistência, sobre a urgência da revisão da PPI, não nos moldes atuais. Com a aprovação do
- 146 Secretário de Estado da Saúde, pensam em implantar o SIS-PPI. O SIS-PPI é o sistema
- 147 oficial do Ministério da Saúde.

148

149 f) CIRURGIAS ELETIVAS



150 Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, informa que este tema foi 151 pauta da Câmara Técnica de Gestão. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de 152 Saúde de Blumenau, lembra das dificuldades de transferência de recursos aos municípios, 153 por parte da SES. Outra questão que coloca refere-se às cirurgias de cataratas. Sugere trocar 154 AIH por APAC para dar vazão às cirurgias de cataratas. Karin Geller esclarece que, quando 155 a SES receber a produção do município, a SES terá 10 dias para encaminhar para o 156 pagamento. A Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau solicita também que a SES 157 especifique os tipos de repasse para os municípios com os respectivos valores. Muitos 158 municípios recebem recursos e não sabem para qual produção refere-se o repasse. Com 159 relação às cataratas, na época da pactuação das cirurgias eletivas de cataratas, houve um 160 entendimento. Mas é necessário que o município garanta a pré-consulta, os exames e a 161 cirurgia. E todos devem ser incluidos para pagamento. A Diretoria de Planejamento, 162 Controle e Avaliação cita que fará um estudo para que esses procedimentos sejam incluídos, 163 valores e quantidade. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de 164 Blumenau, chama atenção para as AIHs pactuadas na PPI, que faltam na PPI/no seu teto e 165 sobram no Mutirão. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, lembra que na 166 última CIT foi deliberado o remanejamento dos tetos de cirurgias eletivas. Que esse 167 remanejamento seja realizado até junho/2013, para a competência julho/2013. Foi mostrado 168 um saldo no Ministério da Saúde, visto que estão recursos foram alocados para as cirurgias 169 eletivas. A perspectiva do Ministério da Saúde é que esse recurso seja gasto para aumentar o 170 número de cirurgias eletivas. Alguns estados não cumpriram 20% da campanha. Aqui em SC, algumas regiões já cumpriram as metas e outras ainda estão atrasadas, com dificuldades 172 de intervenção. Sonia Bodanese, Secretária Municipal de Saúde de Vargeão, informa que foi 173 pactuado para a próxima reunião da CIR de Videira, que todos os municípios tragam os 174 números das cirurgias eletivas realizadas, a cota inicial e a cota que ainda falta para concluir 175 a campanha e os gargalos existentes. Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e 176 Avaliação, esclarece que farão um relatório para a Câmara Técnica de Gestão e depois trarão 177 para a CIB, sobre a situação das AIHs do mutirão. Cita que a numeração das AIHs eletivas 178 de campanha é diferente das AIHs normais. O prestador deve realizar as cirurgias da PPI e 179 do mutirão. Sonia Bodanese, Secretária Municipal de Saúde de Vargeão, lembra que, se 180 houver AIHs para insuficiência respiratória, que sejam enviadas aos municípios, com urgência, para que não sejam utilizadas AIHs normais para esses casos como aconteceu em 181 182 anos anteriores.

183

184 g) Tratamento Fora de Domicilio – TFD

Lisiane Bitencourt, Superintendente de Regulação, informa que foi realizado um estudo preliminar do Manual do TFD e que está sendo discutido na Câmara Técnica de Gestão. Geraldo Azzolini, Gerente de Complexos Reguladores, que coordenará esse trabalho, cita que o documento distribuído na CIB é um esboço apresentado na Câmara Técnica de Gestão. Cita que será solicitado às Gerências de Saúde e ao COSEMS que apresentem sugestões e apoio na execução do projeto do TFD. Esclarece também, que está sendo discutido o teto financeiro para o TFD interno e fora do Estado. Geraldo Azzolini refere que, a maioria dos municípios, não apresenta a produção do TFD e se não apresentam a produção, não recebem o retorno. Santa Catarina perde recurso em função da não apresentação da produção do TFD. O Direito Sanitário também apresenta complicações jurídicas no TFD, principalmente, fora do Estado. Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, apresenta reflexões sobre o TFD e as filas que se formam já às 5h da manhã, em frente aos Hospitais Públicos de



197 Florianópolis, procedentes do interior. Cita que a implantação das Policlínicas ainda vai 198 demorar um pouco, mas, é necessário resolver essa situação. Geraldo Azzolini informa que 199 há uma reunião agendada com a Superintendência de Gestão e Superintendência dos 200 Hospitais Públicos para discutirem esses problemas, as agendas, central de marcação de 201 consultas, capacidade instalada na referência da PPI para o Estado e, cirurgias do mutirão, 202 marcadas na central de consultas. Maria Regina de Souza Soar cita que os municípios 203 necessitam rever as suas pactuações. Muitos secretários de saúde deixam a pactuação com o 204 Estado como uma forma de segurança. Se caso precisarem, eles utilizam, caso contrário, fica 205 essa cota inutilizada. Menciona o fura fila dos Deputados como um problema sério, 206 ressaltando que deve ser enfrentado pelos secretários. Informa que o Deter exige o registro 207 dos pacientes do TFD e quem assina esse registro são os secretários de saúde. Sonia 208 Bodanese coloca que a Policlínica é um projeto a ser concluído em longo prazo. Sugere 209 então, retomar o projeto de curto prazo, que seria o repasse dos R\$ 0,30 per capita para os 210 consórcios. Pergunta se existe essa possibilidade, já que esses R\$ 0,30 já estão aprovados 211 desde o ano passado, 2012. Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de Estado, concorda com 212 o Projeto dos R\$ 0,30 per capita, mas considera muito importante o Projeto das Policlínicas. 213 Maria Regina de Souza Soar lembra que na época da proposta das policlínicas, sugeriu o 214 repasse imediato dos R\$ 0,30 per capita para os municípios que funcionam como referência 215 regional, com produção de serviços de média complexidade, como é o caso de seu 216 município, que já bancam o pagamento de consultas e exames. Cleidenara Weirich, Secretária Municipal de Saúde de Chapecó, lembra que, na elaboração do Projeto das 218 Policlínicas, foi realizado um estudo em que o repasse dos R\$ 0,30 per capita daria para 219 pagar os custos e resolver os problemas das consultas especializadas. Sugere que esse 220 recurso seja liberado, no máximo, até agosto de 2013. Luis Antonio Silva, Coordenador da 221 CIB/COSEMS, questiona ao Coordenador da CIB/SES se há uma data para que a SES fique 222 com as agendas dos Hospitais Públicos do Estado. Reforça que é necessário ampliar o acesso 223 às consultas especializadas, lembrando de ofertar os exames para as respectivas consultas. 224 Referente ás grandes filas em frente aos Hospitais de Florianópolis salienta que isso ocorre 225 em todos os hospitais de maior complexidade no Estado, em função da demanda e da 226 atenção à saúde desproporcional ao perfil sanitário. Menciona que o aumento do PSF no País 227 é proporcional ao aumento do consumo de medicamentos e de exames de diagnóstico. PSF 228 deveria ser uma política resolutiva, resulta em receitas de medicamentos e inúmeros exames. 229 Cita ainda que 70% das consultas hoje são devido à falta de um acolhimento melhorado. 230 Menciona o sugerido pelo Secretário Adjunto de Estado da Saúde, de se fazer um mutirão, para zerar a fila das consultas e exames e daí para frente, trabalhar com regulação e termos 232 de compromisso de garantia de acesso e protocolos. Solicita ao Gerente dos Complexos 233 Reguladores que avalie o problema sobre a liberação do colírio para o glaucoma.

234

235 h) COMISSÃO DE ESTUDO DOS HOSPITAIS DE SC

Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, informa que haverá uma reunião no dia 17 de maio de 2013 e será apresentado um diagnóstico da situação hospitalar em SC, para delinear as estratégias de trabalho. Que há novas Portarias do Ministério da Saúde com prazos definidos para contratualização dos hospitais. Na reunião da Comissão Hospitalar, agendada para o dia 19 de junho de 2013, pretende-se traçar as ações. Decidido na Câmara Técnica a entrada de mais seis representantes na Comissão, três em cada esfera de governo. Pensa que em agosto de 2013 já se possa apresentar na CIB, uma proposta

243 preliminar do estudo desta Comissão.



244

- 245 i) Proposta de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos em 246 Santa Catarina.
- 247 Raquel Bittencourt, Diretora de Vigilância Sanitária, cita que a proposta traz um recurso no
- 248 valor de R\$ 900.000,00 para aplicação nos locais que trabalham com hortifrutigranjeiros.
- 249 Nesses municípios, existe uma alta incidência de intoxicação de agricultores. Inicialmente
- 250 serão trabalhados os municípios da Grande Florianópolis. A proposta envolve capacitação
- 251 técnica dos municípios ao longo do ano, para ir se incorporando ao projeto. Além da
- 252 Vigilância Sanitária, há outros órgãos participando deste trabalha e solicita a indicação de um
- 253 representante do COSEMS para participar do projeto, especialmente nesta fase inicial. À
- 254 medida que o projeto vá se desenvolvendo, a Diretora da Vigilância Sanitária se compromete
- 255 a cada 2 meses a trazer para a CIB, os relatórios de avaliação das situações encontradas.
- 256 Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, cita a preocupação com a alta
- 257 incidência de câncer, como por exemplo, os agrotóxicos utilizados com o Arroz no Sul do
- 258 Estado e com a fila na radioterapia. Cita também o agronegócio no Oeste. Questiona sobre os
- 259 recursos, se serão somente para Florianópolis. A Diretora de Vigilância Sanitária, Raquel
- 260 Bittencourt, esclarece que o recurso virá todos os anos e que a Grande Florianópolis será um
- 261 plano piloto.

262

263 j) DENGUE E ENCONTROS MACRORREGIONAIS DE SAÚDE DA FAMÍLIA

264 Lizete Contin, Gerente da Atenção Básica, informa que já estão publicados os editais para 265 trabalhos em saúde da família e premiação para as equipes de saúde da família. Os 09 266 Encontros Macrorregionais serão realizados de 04 a 06 de novembro de 2013. Chama 267 atenção para o controle da Dengue. Lembra que, como houve uma mudança grande de 268 secretários municipais de saúde, é necessário reforçar o controle com ACS. A Secretaria 269 Municipal de Saúde de Vargeão, Sonia Bodanese, corrobora as palavras da Gerente da 270 Atenção Básica. Raquel Bittencourt, Diretora de Vigilância Sanitária, menciona o perigo dos 271 ferros velhos, carros apreendidos pela Polícia Federal, que é necessário que possuam 272 cobertura para evitar a proliferação dos mosquitos. Que os secretários municipais de saúde 273 alertem as suas vigilâncias sanitárias para as inspeções nos ferros velhos. A Secretária 274 Municipal de Saúde de Chapecó informa que em Chapecó há 14 casos confirmados. Que há 275 um trabalho reforçado dos Agentes Comunitários de Saúde e ampliação dos profissionais que 276 trabalham no combate à dengue. Agradece ao Diretor da Vigilância Epidemiológica do 277 Estado, A Diretora da Vigilância Sanitária, à Susana Zuccer, que estiveram em Chapecó onde 278 realizaram ações, evitando que ocorresse uma epidemia. Luis Antonio Silva, Coordenador da 279 CIB/COSEMS, reforça a fala da Secretária de Saúde de Chapecó e cita que é necessário rever 280 a precariedade na contratualização dos agentes de combate às endemias. Também concorda 281 com as inspeções nos Ferros Velhos.

282

283 1) ACOLHIMENTO PARA OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

- 284 Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, informa sobre os encontros de
- 285 acolhimento que ocorrerão em agosto de 2013, realizados pela SES. Um, será realizado em
- 286 Balneário Camboriú e outro em Treze Tílias, com 2 a 3 temas a serem discutidos. Abertura às
- 287 18 h e jantar de confraternização. A prioridade na participação é dos secretários de saúde.
- 288 Que na hospedagem, seja incluído um representante por município. Acélio Casagrande,
- 289 Secretário Adjunto de Estado da Saúde, cumprimenta os secretários municipais de saúde pela
- 290 cobertura da vacina da gripe, que SC foi o Estado que atingiu a maior cobertura, que foi a



305

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

291	melhor campanha dos últimos tempos, elevando a idade para 2 anos e 11 meses. Joinville
292	vacinou crianças até 5 anos devido a uma sobra no quantitativo. Maria Regina de Souza Soar,
293	Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, questiona se a decisão em vacinar é isolada, por
294	município, ou a SES que coordena, citando o caso de Joinville. Luis Antonio Silva,
295	Coordenador da CIB/COSEMS, discorda também dessa decisão de Joinville em vacinar as
296	crianças até 05 anos, considerando que outros municípios não terão esta prerrogativa. O
297	Secretário Adjunto de Estado da Saúde informa que a coordenação é do Estado. O Diretor da
298	Vigilância Epidemiológica, Fábio Faria, informa que a ampliação na idade para 2 anos e 11
299	meses para a cobertura vacinal, foi em função da existência de uma reserva técnica em torno
300	de 50.000 doses.
301	
302	Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por
303	mim e pelos Coordenadores.
304	

Florianópolis, 16 de maio de 2013